**A ESCOLARIZAÇÃO DE ADULTOS NO ESTADO DO ACRE E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES AO RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA**

**Olga Mirian Alves Pereira de Albuquerque** PPGE/UFAC

olga.albuquerque@sou.ufac.br

**Renata Cristina Lopes Andrade** PPGE/UFAC

renata.cristina@ufac.br

**RESUMO**:

O presente texto consiste em uma apresentação prévia da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC). A qual, por meio de um estudo teórico, sustentado pelos conceitos de dignidade da pessoa humana, autonomia e emancipação, presentes nas obras Fundamentação da metafísica dos costumes (1785) de Immanuel Kant, Pedagogia do oprimido (1968) e Pedagogia da autonomia (1996) de Paulo Freire, visa compreender como a Educação de Jovens e Adultos se constitui no Estado do Acre e a sua possibilidade, ou não, de resgate da Dignidade da Pessoa Humana. A importância de tal investigação, reside na necessidade de buscar preencher lacunas referentes ao processo de escolarização de Jovens e Adultos no estado, bem como, possibilitar novas perspectivas e olhares sobre a modalidade educacional destinada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

**PALAVRAS-CHAVE**: Dignidade da Pessoa humana. Educação de Jovens e Adultos. Estado do Acre. Resgate histórico.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, de acordo com o Censo Escolar de 2011, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Estado do Acre, atende cerca de 22 mil alunos distribuídos em toda a sua rede pública de ensino. Entretanto, apesar da EJA se configurar tanto no cenário político educacional brasileiro, quanto acreano, como uma recente modalidade educacional, garantida por lei, para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria (BRASIL, 1996). Assumindo, conforme o parecer nº11/2000 do Conselho Nacional de Educação, três responsabilidades básicas: reparadora, equalizadora e qualificadora (BRASIL, 2000). Seu processo de constituição histórica não se restringe aos últimos 30 anos.

No estado do Acre, a história da escolarização para adultos, se mescla com a sua própria história social. Podemos encontrar o processo de escolarização voltado para esse público no período do ainda Acre Território (1903 – 1962). Periódicos digitalizado e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, apresentam a existência de cursos noturnos voltados para a população adulta analfabeta no Acre desde 1906. Todavia, existem lacunas a serem preenchidas em relação a essa escolarização principalmente no período que compreende de 1904[[1]](#footnote-1) a 1960.

Os poucos dados e registros presentes na própria secretaria de educação estadual denunciam essa realidade. Documentos oficiais, como a Política e Organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre (2008), apresenta que a forma como aqui se desenvolveu os processos de escolarização para adultos, seguiram as normas, as diretrizes e os processos históricos e políticos das legislações brasileiras.

Deste modo, esta pesquisa, fruto das inquietações de uma professora da rede pública do ensino que atualmente trabalha na EJA, e desde a infância se viu rodeada pelos projetos de inclusão e de reparação educacional para os adultos. A qual, mediante a sua vivência observa grandes mudanças, desde o perfil do aluno, à forma como as políticas educacionais, e o desmonte da educação pública, afetam os objetivos e o cotidiano da referida modalidade e dos sujeitos por ela alcançados. Busca preencher as lacunas históricas da escolarização de jovens e adultos no Estado do Acre, bem como, (re)significar o olhar sobre tal modalidade

Nesse sentido, o presente texto, por trazer uma pesquisa em desenvolvimento, está organizado nas seguintes seções: apresentação estrutural da pesquisa, metodologia e considerações finais.

2 APRESENTAÇÃO ESTRUTURAL DA PESQUISA

A EJA deve ser entendida não somente como uma modalidade educacional, mas, como uma política pública voltada para indivíduos que, por algum motivo, não tiveram acesso a um direito público subjetivo que é a educação escolar. Essa política, implica reconhecer a necessidade da educação de todos para o alcance da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da justiça social, da igualdade e da equidade.

A negação, ou na falta de acesso a um direito subjetivo, fere um dos princípios fundamentais garantidos por lei, a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988), interferindo diretamente na vida do indivíduo. Tendo em vista, que o acesso à educação visa garantir não apenas o pleno desenvolvimento do educando, mas também, a formação integral do indivíduo para a sociedade. Assim, pensar na Educação de Jovens e Adultos torna-se um componente fundamental para a construção de um ambiente escolar e social respeitoso e democrático.

Diante do exposto, a pesquisa em desenvolvimento buscará responder o seguinte problema: em que medida, a partir de sua História, a EJA no estado do Acre se configura como modalidade educacional que possibilita (ou não) o resgate da dignidade humana? Noutras palavras: a EJA, no estado do Acre, possui o caráter político de inclusão e justiça social, de ampliar a universalidade do conhecimento, de resgate da dignidade humana, ou, por outro lado, apenas se apresenta enquanto um instrumento para o aumento de uma mão de obra minimamente qualificada?

Esse questionamento vincula-se com o objetivo geral da investigação, o qual busca compreender como a Educação de Jovens e Adultos surge e se constitui no Estado do Acre e a sua possibilidade de resgate da Dignidade da Pessoa Humana.

Decorrente do problema da pesquisa são formuladas ainda as seguintes questões de estudo e objetivos específicos, que promoverão o aprofundamento da temática a ser desenvolvida em quatro capítulos, que irão compor a escrita final da dissertação.

Capítulo 1 – O que que podemos entender por dignidade da pessoa humana e quais os seus elementos constituintes? Esse capítulo tem como objetivo: entender e apresentar os elementos que dizem respeito à Dignidade da Pessoa Humana. Nele será investigado e exposto o conceito de Dignidade da Pessoa Humana a partir da Filosofia Prática de Immanuel Kant, em particular, na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

Capítulo 2 – Como a EJA se constituiu no Estado do Acre? Partindo desse questionamento, o objetivo do capítulo é: investigar como a Educação e Jovens e Adultos se constituiu historicamente no Estado do Acre, bem como apontar os seus principais desafios na atualidade.

Capítulo 3 – O que é assegurado, acerca da dignidade da pessoa humana na história, na legislação e nos documentos oficiais da EJA no Acre, bem como, o que a história da EJA no Acre nos diz sobre a possibilidade (ou não) do resgate da dignidade humana? O objetivo orientador desse capítulo é: analisar, a partir da sua história, se a EJA, no Estado do Acre, se estabelece apenas como uma modalidade de educação para a qualificação mínima de mão de obra ou como uma política de resgate da dignidade da pessoa humana.

Capítulo 4 – Quais os saberes necessários aos docentes da EJA para uma formação resgatadora da dignidade da pessoa humana e de que modo o pensamento de Kant e Paulo Freire pode contribuir para essa formação? Esse último capítulo se organiza a partir do seguinte objetivo: investigar e compreender os saberes docentes da EJA para uma educação resgatadora da dignidade da pessoa humana, tomando como apoio o conceito de dignidade em Kant e os pressupostos educativos de Paulo Freire.

**3. METODOLOGIA**

Essa investigação de natureza Teórica e de abordagem Qualitativa, na área da Educação, Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação e Formação de Professores, representa a oportunidade de ampliar as reflexões acerca da Dignidade Humana e da Educação de Jovens e Adultos/EJA no Estado do Acre. Poderá contribuir com as indagações e discussões sobre a temática, ampliando e aprofundando a necessária percepção dos objetivos fundamentais da Educação de Jovens e Adultos/EJA no Estado do Acre, nos âmbitos educacionais, formativos, éticos, sociais e democráticos.

A pesquisa de teórica, considerada primeira, pura ou de base, busca compreender, refletir e aprofundar os fundamentos teóricos, no sentindo de reconstituir teorias, entendimentos e argumentos, dando-lhes novas significações, além de possibilitar a criação de condições para a intervenção na realidade (DEMO, 2000). Ela se articula, portanto, com a abordagem Qualitativa. Sampieri, Collado e Lucio (2017), apresentam que a abordagem qualitativa possibilita aprofundar os conhecimentos, bem como permite uma extensa interpretação dos objetos de estudo.

Desse modo, será concebida junto de metodologias características de uma investigação dessa natureza, disposta com rigor conceitual e criticidade. Almeja-se uma pesquisa teórica, junto de bibliografias da área, no âmbito dos fundamentos filosóficos e históricos da educação, da EJA e da formação de professores, de políticas, de leis e de documentos oficiais, ou seja, a partir de concepções formuladas e ampliadas ao longo da história do pensamento e da ação humana, que serão analisadas e interpretadas a partir do método da leitura imanente.

Por leitura imanente entende-se a leitura que oferece e apresenta prioridade aos textos, assumindo “o procedimento pelo qual o próprio texto se converte em caso” (LESSA, 2007. p. 16). Tal como afirma Rolim (2018), esse método prioriza a ontologia textual, permitindo dessa forma uma compreensão profunda do texto selecionado. A leitura imanente requer, de acordo com Lessa (2007) quatro passos: a leitura sistematizada do texto selecionado, fichamento organizado por parágrafo, interpretação das partes e redação de textos paralelos que ajudem no entendimento das questões gerais a serem tratadas.

A investigação terá com ponto de partida as presentes obras: *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) de Immanuel Kant, *Pedagogia do oprimido* (1968) e *Pedagogia da autonomia* (1996) de Paulo Freire e a Política e a Organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre (2008). Os materiais a serem analisados poderão ser ampliados ou reduzidos conforme o andamento da pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma pesquisa em desenvolvimento, ainda não se tem construído uma análise dos resultados, mas, pretende-se, a partir da investigação, abrir espaços para a possibilidade de reflexão dos modos de formação inclusiva dos educandos no chão da escola na EJA, bem como no ambiente da formação de professores e professoras, para os atuais professores e para os que se encontram em formação inicial, nos cursos de licenciaturas, de modo que seja revelado os apelos, nem sempre verbais, que surgem na modalidade. Busca-se, assim, contemplar em que medida, grau ou intensidade, ainda é possível, quando isso se faz necessário, resgatar a dignidade da pessoa humana. Ou se, por outro lado, uma vez não alcançada, a dignidade humana é irrecuperável.

**REFERÊNCIAS**

ACRE. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. **A Política e Organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre**. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\_11\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf%20)  Acesso em: 12 ago. 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 06 out. 2022

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. IN: CHAUÍ, Marilena de Souza. **Textos Selecionados.** Traduções de Tania Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo:** por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LIMA, Virna. **A vida citadina e a educação no Acre Departamental relatadas nas páginas do jornal Folha do Acre** **(1910-1920).** Tese (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018. Disponível em: http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2018/dissertacao-de-virna-lumara-souza-lima-a-vida-citadina-e-a-educacao-no-acre-departamental-relatadas-nas-paginas-do-jornal-folha-do-acre-1910-1920.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022

ROLIM, Renata Ribeiro. Tendências históricas universais do ser social na ontologia de Lukács: apontamentos de uma leitura imanente. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 1462-1502, ago. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/27035>. Acesso em: 06 out. 2022.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LUCIO, María. **Metodologia de Pesquisa**. Editora: Penso; 5ª edição. 2017.

1. De acordo com Lima (2018) a preocupação com a educação no então Acre Território data desde 1904, quando foi instalada a primeira escola primaria no Seringal Empresa. [↑](#footnote-ref-1)